



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13433 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO NORMAL EM ANGOLA: DA DEFINIÇÃO DA AGENDA POLÍTICA À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Chocolate Adão Brás - UFPR - Universidade Federal do Paraná

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO NORMAL EM ANGOLA: DA DEFINIÇÃO DA AGENDA POLÍTICA À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Resumo: Este estudo tem como objeto a política de formação de professores em nível médio em Angola, no período de 2010 a 2020, no âmbito da ação do Ministério da Educação (MED). Tem como objetivo compreender a trajetória da construção da política de formação de professores em nível médio em Angola, analisando as diversas fases do processo decisório, as configurações e desdobramentos da política formulada. O estudo é realizado no âmbito do doutorado em educação do PPGE-UFPR, sendo do domínio das pesquisas sobre políticas e programas, fundamentada na análise do processo de elaboração de políticas. A sua realização importa referenciais metodológicos de análise do campo da Ciência Política, buscando a partir dos estudos de Lindblom (1959) construir um modelo de análise da política de formação de professores em Angola com recurso a análise bibliográfica e documental. Os resultados iniciais apontam forte influência de atores internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, acordada com as autoridades nacionais do MED.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Formação de professores, Regulação supranacional, Angola.

Introdução

O objeto de estudo dessa pesquisa é a política de formação de professores em nível

médio em Angola, no período de 2010 a 2020, no âmbito da ação do MED. Angola, localizada na costa sul da África Subsaariana, é uma república soberana e independente desde 11 de novembro de 1975, país unitário com administração pública centralizada, em que as políticas e gestão educativa são determinadas pelo governo central do Estado através de um processo de desenvolvimento e aprovação nacional e implementação local (ANGOLA, 2010). É um país de escolarização tardia que tem o desafio de incluir crianças e jovens em redes de ensino, pelo que a formação de professores se torna um desafio significativo.

Neste cenário educacional, a construção da política de formação de professores conheceu nova trajetória no contexto de paz, com a criação do Subsistema de Formação de Professores por meio da primeira Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001). Entretanto em 2010, com a aprovação da Constituição da República, houve a necessidade de se reformar a referida lei educacional, considerando a nova orientação do Estado e suas tarefas fundamentais, pela mudança do Estado angolano para um Estado democrático e de direito. Assim, foi aprovada a nova lei do sistema educacional (Lei n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016), que viria dar lugar a aprovação de outras políticas e programas de formação de professores no país.

Compreendendo esse quadro político e educacional, levantámos o seguinte problema de pesquisa: Como se constituiu a agenda da política de formação de professores em nível médio em Angola, observando como ela traduziu-se no processo de elaboração do texto da política no período de 2010 a 2020? Assim, a pesquisa objetiva compreender a trajetória da construção da política de formação de professores em nível médio em Angola no período de 2010 a 2020, analisando as diversas fases do processo decisório, as configurações e desdobramentos da política formulada.

Metodologia

Este estudo se enquadra no domínio das pesquisas sobre políticas e programas, fundamentada na análise do processo de elaboração de políticas, (MAINARDES, 2018). A sua realização importa referenciais metodológicos de análise do campo da Ciência Política, que tem produzidos modelos explicativos que permitem melhor entendimento de como e por que um governo faz ou deixa de fazer alguma ação que tenham implicações na vida dos seus cidadãos (SOUZA, 2002).

Partindo dos estudos de Lindblom (1959) buscamos construir um modelo de análise da política de formação de professores em nível médio em Angola. A escolha de Lindblom considera o facto de ele ter incorporado outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Ele sugere que as políticas públicas além das questões de racionalidade devam incorporar outros elementos,

nomeadamente o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse (SOUSA, 2006). Em termos de procedimentos, realizamos levantamento bibliográfico e documental com foco em pesquisas, leis, e documentos de atores nacionais e internacionais.

Resultados parciais e discussão

Os resultados iniciais sinalizam que a política de formação de professores em nível médio em Angola no período de 2010-2020 conheceu uma nova configuração com mudanças significativas na sua política e desdobramentos mediante reestruturação da formação e desenho do perfil de qualificação profissional docente, sob forte influência do Banco Mundial (BM) e da UNESCO, acordada com as autoridades nacionais do MED. Assim, depois do alcance da paz, em abril de 2002, o desafio da formação de profissionais para os diversos setores da vida social, econômica e política, levou o governo a eleger a formação de professores como uma política prioritária. Esse cenário é registado em nível mundial, como explicitam Poças e Santos (2020).

Do ponto de vista da prescrição normativa foram aprovados no período 2010-2020 três documentos reitores da política de formação de professores, quais sejam: (i) Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, pelo Decreto Presidencial n.º 109/11, de 26 de maio de 2011; (ii) Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente pelo Decreto Presidencial n.º 205/18, de 3 de setembro de 2018; e (iii) Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário, pelo Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro de 2020.

O Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, definiu como princípios da formação de professores: a) da formação global; b) da flexibilidade; c) da prática, com a valorização das práticas pedagógicas; d) do envolvimento construtivo com a comunidade; e) da participação democrática (ANGOLA, 2011).

Os princípios elencados se aproximam do léxico que vem sendo incorporado pelos mais diversos países do mundo a partir das agências de regulação internacional, cuja origem normalmente remete aos países centrais e expande-se pelos países semiperiféricos e periféricos, como analisa Quimbamba (2021), criando um efeito de “contaminação internacional”, (BARROSO, 2003). Esse movimento tem influenciado as políticas de formação de professores, imprimindo um desenho de formação que valoriza a pedagogia das competências, qual seja, [...] uma formação mais prática onde se valorizam as experiências dos professores em detrimento a uma formação mais teórica. Nesta mesma linha se insere um modelo pedagógico baseado na incorporação de “competências” (PANSARDI, 2011, p. 137).

O Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente (PNFGPD) surge na sequência da necessidade de atender às questões da qualidade e eficácia dos resultados em

âmbito internacional para o local, tendo-se em conta o indicador da estratégia 4.c do ODS4 da Agenda 2020 da UNESCO (2016, p.24), que estabelece a necessidade de “revisão, análise e melhoria da qualidade da formação de professores, e em fornecer a todos os professores uma formação inicial de qualidade e um contínuo desenvolvimento e apoio profissional aos professores em serviço”.

Analisando os objetivos deste programa, se observa o seu alinhamento ao mecanismo de regulação supranacional, considerando os postulados marcantes em documentos orientadores do BM. O PNFGPD tem entre seus objetivos “atrair e selecionar para a formação inicial candidatos com melhor preparação; atrair e reter os professores mais bem preparados e com bom desempenho; desenvolver competências profissionais, centradas na melhoria das práticas de ensino na sala de aula” (ANGOLA, 2018, p. 4396) que sinalizam a incorporação das dimensões da formação de professores definidas pela Unesco, que orienta, por exemplo, a maximização da eficiência do professor (UNESCO, 2016, p. 22). Acrescente-se a questão do desempenho e das competências para completarmos a nova ortodoxia inerente às reformas promovidas pelas agências de regulação internacional.

Considerações finais

Os dados preliminares permitem verificar a existência de um enquadramento da política de formação de professores em Angola, de alguns atores internacionais, como os da UNESCO, nomeadamente quanto ao alinhamento da formação para metas de avaliação em larga escala e currículos globais. Assim, parece haver um alinhamento de elementos políticos e econômicos com as diretrizes, tanto do BM como da UNESCO, para concretizar o projeto maior, o do capital educador: formar mais professores a partir de competências em vistas ao atendimento à regulação supranacional, que alinha formação de inicial de docentes às competências e à avaliação de desempenho.

Neste sentido, podemos concluir parcialmente que a orientação dos programas de formação de professores em Angola são ações focadas na avaliação e desenvolvimento da pedagogia das competências, tal como já observaram Bortot et al. (2022). Por sua vez, os objetivos desses programas já foram implementados em outros lugares a partir da década de 1990, como é o caso do Brasil, com a institucionalização do SAEB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em 2001. Isso significa que, frente a um conjunto neoliberal de políticas e discursos educacionais, a agenda de regulação supranacional orienta a inspiração em outros programas considerados exitosos.

Referências

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 205/18, de 3 de setembro – **Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente**. Diário da República I Série, N.º 135. Luanda: Imprensa Nacional, 2018.

LINDBLOM, C. E. The Science of Mudding Thought. **Public Administration Review** . 1959.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **LAPLAGE EM REVISTA**, v. 4, p. 186-201, 2018.

POÇA, S. & SANTOS, J. G. Influências da globalização e cooperação na Educação e na Formação de Professores em Angola. **Cadernos de Estudos Africanos**, 39, 2020. DOI : <https://doi.org/10.4000/cea.4797>

UNESCO. **Education 2030**: Incheon Declaration and Framework for Action towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all. PARIS, 2016.